



**TC 033.104-2016-6**

**Tipo:** Processo de contas anuais do exercício de 2015

**Unidade jurisdicionada:** Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SE/Mapa)

**Responsáveis:** Alexandre Gedanken, CPF 428.213.204-34; Andre Meloni Nassar, CPF 162.862.858-81; Arno Jerke Junior, CPF 765.670.441-87; Caio Tibério Dornelles da Rocha, CPF 228.546.570-04; Cleide Edvirges Santos Laia, CPF 462.438.446-68; Decio Coutinho, CPF 601.331.557-49; Jose Gerardo Fontelles, CPF 002.361.283-53; Luizevane Soares da Silva, CPF 704.505.601-04; Luciano Marcos de Carvalho, CPF 154.261.496-15; Luis Eduardo Pacifici Rangel, CPF 783.696.061-72; Maria Emilia Mendonca Pedrosa, CPF 341.358.801-00; Marcelo Junqueira Ferraz, CPF 231.581.906-72; Márcio Luiz da Silva Cunha, CPF 251.817.856-20; Odilson Luiz Ribeiro e Silva, CPF 258.260.776-20; Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, CPF 343.945.911-04; Tatiana Lipovetskaia Palermo, CPF 227.553.608-60; Tania Mara Garib, CPF 108.829.951-20; Wilson Vaz De Araujo, CPF 323.686.409-59

**Procurador:** não há

**Interessado em sustentação oral:** não há

**Proposta:** mérito

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de processo de contas anuais da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativo ao exercício de 2015.
2. De acordo com a Decisão Normativa TCU 147/2015, o processo de contas da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SE/Mapa) contempla as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério, conforme a estrutura organizacional definida no Decreto 8.492/2015 de 13/7/2015 (que revogou o Decreto 7.127/2010). Assim, compõem essas contas a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Secretaria de Integração e Mobilidade Social (SIMS), Secretaria de Política Agrícola (SPA), Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo (SPRC), Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), Gabinete do Ministro (GM/Mapa), além do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) e das 27 Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
3. De acordo com o Decreto 8.492/2015, foi extinta a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), foi criada a Secretaria de Integração e Mobilidade Social (SIMS), e a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) tornou-se a Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo (SPRC).

## **VISÃO GERAL**

4. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, de fomento ao setor de florestas plantadas, de fomento ao agronegócio e de regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.

5. Conforme dispõe a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, constituem-se áreas de competência do Mapa política agrícola, abrangendo crédito, produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; inclusive estoques reguladores e estratégicos; informação agrícola; defesa sanitária animal e vegetal; fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor; classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais; proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário; pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária; meteorologia e climatologia; pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária; cooperativismo e associativismo rural; assistência técnica e extensão rural; política relativa ao café, açúcar e álcool. Além da política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, incluída pela Lei 13.266, de 2016.

6. Quanto ao ambiente de atuação interna e externa da unidade, destacou-se o menor crescimento econômico e o ajustamento da política macroeconômica brasileira; a posição destacada do agronegócio na economia nacional, na produção mundial e exportação de alimentos e matérias primas; as perspectivas favoráveis de crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, sendo o Brasil um importante importador e exportador do setor de produtos agropecuários, inclusive impactando positivamente a balança comercial; a posição do Brasil como maior produtor e exportador de café, responsável por 30% de toda a produção mundial, segundo maior consumidor do produto, que emprega direta e indiretamente mais de 8 milhões de trabalhadores; a posição de destaque também como o segundo maior produtor de biocombustíveis - superado apenas pelos Estados Unidos, com 24,8% de participação na matriz energética nacional.

7. Foi ressaltado que a sanidade vegetal e animal são áreas prioritárias do Mapa, sendo os programas sanitários integrantes da estrutura regimental do Departamento de Saúde Animal e do Departamento de Sanidade Vegetal, ambos da Secretaria de Defesa Agropecuária, e implementados pelas Unidades Federadas, onde os Serviços Oficiais Estaduais (agronômicos e veterinários) em conjunto com os Fiscais Federais Agropecuários são responsáveis pela implementação e acompanhamento dos referidos programas.

8. No que concerne ao orçamento, pontuou-se que houve contingenciamento de cerca de 30% das dotações relativas às despesas discricionárias, sendo que a execução (empenho) dos recursos disponibilizados atingiu 99,89%. Mesmo diante das restrições orçamentárias, foram atendidas as prioridades para defesa agropecuária, pesquisa e subsídio ao seguro rural que, em conjunto, responderam por mais de 70% do total executado. Registrou-se ainda que os contratos e compromissos como convênios, Termos de Execução Descentralizada e Projetos de Cooperação Técnica com organismos internacionais tiveram execução regular.

## **EXAME TÉCNICO**

### **I. Rol de responsáveis**

9. O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração foi excluído do rol de responsáveis pela unidade técnica nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. De acordo com a orientação



do e-contas, o SPOA não deveria ser arrolado no rol, tendo em vista que ele ocupa cargo de direção DAS 5 e não o DAS 6, que é o cargo imediatamente inferior ao do Secretário Executivo, detentor de cargo de natureza especial – equivalente ao nível 7 na estrutura do órgão (art. 10, inc. II, da IN TCU 63/2010). Todavia entende-se que ele deve ser mantido no rol.

10. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Executiva do Mapa (SE/Mapa) em nível imediatamente inferior a ela (art. 3º, inc. VII, da Portaria Mapa 944, de 23 de setembro de 2014), além de possuir competências gerenciais e de gestão estratégica do órgão (art. 45, inc. I, III e VIII, da Portaria Mapa 944, de 23 de setembro de 2014). Apesar de o cargo de direção ocupado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração (DAS 5) não estar no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao Secretário Executivo do Mapa, ele está diretamente subordinado à SE/Mapa (não havendo, na prática, outro nível intermediário de direção entre os dois cargos) e também é responsável por parte relevante da gestão do ministério, conforme pode-se verificar no Regimento Interno da Secretaria Executiva, nos arts. 45, 139, 141, § 5º, § 6º, inc. IX, § 7º, inc. I, da Portaria Mapa 944, de 23 de setembro de 2014.

11. Embora a orientação do e-contas seja no sentido de não arrolar como responsável do segundo nível (nível imediatamente inferior ao do dirigente máximo) aquele que não seja ocupante efetivamente de cargo de direção (DAS) sucessivo ao do dirigente máximo, divergimos desse entendimento quanto ao caso concreto do SPOA da SE/Mapa pelos motivos acima expostos. Dessa forma, propomos que ele seja mantido no rol.

12. No exercício de 2015, conforme noticiado no Relatório de Gestão (RG), houve o desmembramento da SPOA em dois departamentos para dar maior celeridade aos assuntos de gestão administrativa e gestão estratégica. Os departamentos de gestão interna (DGI) e de gestão estratégica (DGE), cujas competências foram estabelecidas nos arts. 7º e 8º do Decreto 8.492, de 13 de julho de 2015, substituíram a SPOA ocupando o mesmo nível hierárquico dessa. Eles são chefiados por diretores que também ocupam DAS 5, como o antigo SPOA, e conforme as competências distribuídas são responsáveis por parte do processo gerencial e de formulação de objetivos estratégicos da unidade prestadora de contas. Assim, entende-se, em conformidade com o exposto nos parágrafos anteriores, que esses dois diretores devem passar a integrar o rol de responsáveis. O diretor de gestão estratégica, Sr. Alexandre Gedanken, já está arrolado, e o Sr. Luizevane Soares da Silva, que era SPOA à época passou a ser DGI, exercendo esse cargo no período 30/07/2015 a 31/12/2015, conforme informado pela UPC (peça 10).

13. De acordo com as orientações constantes do E-contas, não se deve considerar os órgãos de *staff* (de apoio, consultoria e assessoria) para fins de definição do rol de responsáveis, nem os cargos de direção de nível de hierarquia imediatamente inferior ao do dirigente máximo que não sejam responsáveis pelo processo gerencial ou formulação de objetivos estratégicos da unidade prestadora de contas. Dessa forma, entende-se que corregedor e o Diretor de Programa da Secretaria-Executiva, Srs. George Nogueira Cardoso e Gustavo Pereira da Silva Filho, devem ser excluídos do rol, tendo em vista que não exercem competências dessa natureza, em conformidade com as atribuições definidas no art. 5º do Decreto 8.492, de 13 de julho de 2015 e art. 138 da Portaria Mapa 944, de 23 de setembro de 2014, respectivamente.

14. Dessa forma, propõe-se a exclusão do corregedor e do Diretor de Programa da Secretaria-Executiva. Assim, o rol de responsáveis passaria a ser:

Nome	CPF	Natureza/ responsabilidade	Cargo / função	Período
ALEXANDRE GEDANKEN	428.213.204- 34	Segundo nível de direção	Diretor do Departamento de Gestão Estratégica	28/07/2015 - 31/12/2015



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Secretaria-Geral de Controle Externo**  
**Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente**

ANDRE MELONI NASSAR	162.862.858-81	Dirigente máximo	Secretário de Política Agrícola	30/03/2015 - 31/12/2015
ARNO JERKE JUNIOR	765.670.441-87	Dirigente máximo	Secretário do Produtor Rural e Cooperativismo - Substituto	25/05/2015 - 25/05/2015 29/06/2015 - 02/07/2015 19/10/2015 - 30/10/2015
CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA	228.546.570-04	Dirigente máximo	Secretário do Produtor Rural e Cooperativismo	01/01/2015 - 31/12/2015
CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA	462.438.446-68	Dirigente máximo	Secretária de Produção de Agroenergia	01/01/2015 - 02/03/2015
DECIO COUTINHO	601.331.557-49	Dirigente máximo	Secretário de Defesa Agropecuária	09/02/2015 - 03/12/2015
JOSE GERARDO FONTELLES	002.361.283-53	Dirigente máximo	Secretário-Executivo	01/01/2015 - 15/01/2015
LUIZEVANE SOARES DA SILVA	704.505.601-04	Segundo nível de direção	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração	21/01/2015 a 29/07/2015
			Diretor do Departamento de Gestão Interna	30/07/2015 - 31/12/2015
LUCIANO MARCOS DE CARVALHO	154.261.496-15	Dirigente máximo	Secretário de Produção e Agroenergia - Substituto	03/03/2015 - 24/03/2015
			Secretário de Política Agrícola - Substituto	11/02/2015 - 29/03/2015 20/04/2015 - 21/04/2015
LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL	783.696.061-72	Dirigente máximo	Secretário de Defesa Agropecuária - Substituto	22/05/2015 - 01/06/2015 14/09/2015 - 28/09/2015 05/10/2015 - 13/10/2015 19/10/2015 - 23/10/2015 27/10/2015 - 30/10/2015 03/12/2015 - 31/12/2015
MARIA EMILIA MENDONCA PEDROSA	341.358.801-00	Dirigente máximo	Secretária-Executiva	16/01/2015 - 31/12/2015
MARCELO JUNQUEIRA FERRAZ	231.581.906-72	Dirigente máximo	Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio	01/01/2015 - 21/01/2015
MÁRCIO LUIZ DA SILVA CUNHA	251.817.856-20	Segundo nível de direção	Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração	01/01/2015 - 20/01/2015
ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA	258.260.776-20	Dirigente máximo	Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio - Substituto	23/04/2015 - 27/04/2015 07/05/2015 - 08/05/2015 22/05/2015 - 30/05/2015 07/06/2015 - 12/06/2015 17/06/2015 - 20/06/2015 28/06/2015 - 12/07/2015 11/09/2015 - 18/09/2015 05/10/2015 - 11/10/2015 19/10/2015 - 23/10/2015 07/11/2015 - 19/11/2015 29/11/2015 - 06/12/2015
RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO	343.945.911-04	Dirigente máximo	Secretário de Defesa Agropecuária	01/01/2015 - 06/02/2015
TATIANA LIPOVETSKAIA PALERMO	227.553.608-60	Dirigente máximo	Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio	21/01/2015 - 31/12/2015



TANIA MARA GARIB	108.829.951-20	Dirigente máximo	Secretária de Produção de Agroenergia - Substituta	25/03/2015 - 12/07/2015
			Secretária de Integração e Mobilidade Social	28/07/2015 - 31/12/2015
WILSON VAZ DE ARAUJO	323.686.409-59	Dirigente máximo	Secretário de Política Agrícola - Substituto	01/01/2015 - 10/02/2015

## II. Processos conexos e contas de exercícios anteriores

TC NÚMERO	TIPO	SITUAÇÃO	DELIBERAÇÃO
022.428/2013-5	Prestação de Contas exercício 2012	Aberto. Instrução de mérito (peça 10), parecer divergente do MP/TCU. Distribuído para instrução.	
019.764/2014-6	Prestação de Contas exercício 2013	Encerrado. Contas regulares com ressalvas (2 gestores) Contas regulares (demais)	Acórdão 6164/2015 - TCU - 1ª Câmara
030.058/2015-5	Prestação de Contas 2014	Encerrado. Contas regulares com ressalvas (7 gestores) Contas regulares (demais)	Acórdão 6394/2016 - TCU - 1ª Câmara

15. As medidas proferidas nas contas de 2013 e de 2014 não causam impacto nas contas em exame, do exercício de 2015.

## III. Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

16. O mapa estratégico do Ministério é composto pelo conjunto de objetivos estratégicos relacionados de forma causal, distribuídos horizontalmente em perspectivas de análise, que focam os desafios do Ministério em determinado ângulo, quais sejam perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos e perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento.

17. Os objetivos estratégicos da perspectiva da sociedade, que retratam o que o Mapa pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade como um todo, são impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio, garantir a segurança alimentar, ampliar a participação da agroenergia na matriz energética e aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos.

18. Em relação aos resultados finalísticos da unidade, abordaremos a seguir os objetivos estratégicos da perspectiva da sociedade.

### **Objetivo Estratégico: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio (peça 1, p. 20-26)**

19. Nesse objetivo estratégico (OE) propõe-se fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Além de contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

20. No Relatório de Gestão (RG) destaca-se que foram desenvolvidas ações estruturantes de

fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas visando o aumento da produção e da produtividade. Além das ações tomadas para propiciar condições mais favoráveis ao produtor rural como o zoneamento agroclimático, o aumento da abrangência do Seguro Rural, as políticas de regulação de preços, as políticas voltadas para o abastecimento e as de concessão de crédito rural, desde a etapa da produção até a comercialização dos produtos.

21. É ressaltado no RG que o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16, lançado em julho de 2015, preservou o apoio ao setor agropecuário, apesar do momento de menor crescimento econômico e de ajustamento da política macroeconômica brasileira, observado também internacionalmente, inclusive dentre os principais países importadores agrícolas. Isso devido à posição de destaque da agricultura na economia brasileira, do desempenho interno e externo da agropecuária, assim como do agronegócio, que tem contribuído de forma relevante para uma queda menor na economia. Pontua-se que esse papel desempenhado pelo setor tem sido reforçado pelo aprimoramento da política agrícola e pelas políticas públicas voltadas notadamente para as áreas de infraestrutura e logística.

22. Quanto às atividades empreendidas no exercício, apresentaram-se como principais avanços obtidos em relação ao exercício de 2014:

- a) Na safra 2014/2015 foram disponibilizados R\$ 156,2 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, sendo R\$ 112,0 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para investimento.
- b) Na safra 2015/16, foram disponibilizados R\$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R\$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para operações de investimentos.
- c) Contribuição para o equilíbrio da balança comercial brasileira - as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 88,22 bilhões, entre janeiro e dezembro de 2015, uma queda de 8,8% em relação ao ano anterior, todavia as importações alcançaram US\$ 13,07 bilhões, de modo que o saldo da balança comercial do agronegócio foi superavitário em US\$ 75,15 bilhões.
- d) Em relação ao valor exportado, o principal setor da pauta exportadora do agronegócio brasileiro foi o complexo soja, cujas vendas alcançaram a cifra de US\$ 27,96 bilhões no acumulado do ano. Apesar de esse valor de venda ter representado um decréscimo de 11,0% ante 2014, houve crescimento de 16,7% na quantidade comercializada dos produtos do complexo (70,82 milhões de toneladas).
- e) Outros setores com participação expressiva na exportação foram: produtos florestais, US\$ 10,33 bilhões; complexo sucroalcooleiro, US\$ 8,53 bilhões; e café, US\$ 6,16 bilhões
- f) Em 2015, destacaram-se a assinatura e a implementação do Protocolo de *prelisting* (lista pré autorizada) para produtos de origem animal, assinado entre o Mapa e a autoridade sanitária russa.
- g) No setor de lácteos, foram negociadas as aberturas dos dois maiores mercados importadores mundiais desse produto: China e Rússia.
- h) No tocante à China, também se destacou o avanço das habilitações dos estabelecimentos exportadores de carnes.
- i) Foram organizadas missões ministeriais ao Japão, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e China para a atração de investimentos e desenvolvimento do potencial produtivo da região do Matopiba.
- j) Aprimoramento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) - foi apresentado, durante o ano de 2015, o projeto experimental de negociação coletiva para fins de contratação de seguro rural para a cultura da soja em todo território nacional. A iniciativa teve como objetivo aumentar o poder de escolha dos produtores rurais no momento da contratação de uma apólice de seguro rural, garantindo assim melhores condições contratuais. Destacou-se que o reflexo dessa iniciativa foi uma melhoria nos níveis de cobertura oferecidos pelas seguradoras, sendo que esse modelo de negociação

coletiva será complementar ao modelo tradicional de acesso à subvenção econômica do PSR, que segue se consolidando.

23. Em relação ao aprimoramento do PSR, é relevante registrar, conforme informações constantes do monitoramento do Acórdão 453/2014-TCU-Plenário (TC 016.631/2016-1), que se encontra em discussão no Mapa, a criação de uma política de gestão de riscos unificada, integrando o PSR e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Seriam então, formuladas e gerenciadas em conjunto as políticas públicas voltadas à mitigação dos riscos climáticos, com a criação de comitês de acompanhamento da gestão, a exemplo do que ocorre hoje no PSR. Entendem que assim, seria possível alinhar as expectativas do Poder Executivo em relação à mitigação de risco produtivo e, por consequência, otimizar a aplicação dos recursos públicos destinados aos dois programas, passando de uma lógica concorrencial para outra, complementar. Dessa maneira, haveria maior estabilidade quanto ao cumprimento de metas estabelecidas e mais garantias ao mercado agrícola e segurador.

24. No que se refere aos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Mapa em 2006, destacaram-se como avanços alcançados no exercício de 2015:

- a) Na safra 2006/2007, foram aplicados um total de R\$ 46,0 bilhões, sendo R\$ 40,6 em custeio e comercialização e R\$ 5,5 bilhões em investimento. Na safra 2014/2015, atingiu-se R\$ 156,2 bilhões, o que correspondeu a um aumento real de 338% em relação a 2006, sendo que as taxas de juros do crédito rural se mantiveram preservadas e os financiamentos concedidos para custeio, comercialização e investimentos foram ampliados.
- b) Para a safra 2015/2016, foi disponibilizado o valor de R\$ 187,7 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e investimento, representando um aumento de 408% em relação à safra de 2006/2007.
- c) As exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 49,47 bilhões em 2006, com participação de 35,9% no total exportado pelo Brasil no ano (US\$ 137,81 bilhões). Em 2015, somaram US\$ 88,22 bilhões e o agronegócio registrou recorde histórico de participação, sendo responsável por 46,2% das vendas em valor, representando um crescimento das exportações agropecuárias de 78,3%.

25. Os principais indicadores apresentados para a perspectiva foram a variação do PIB do agronegócio, que foi de 0,12% ante o previsto de 0%, e a variação do valor de exportação de produtos do agronegócio, comentada no item 22 c.

26. O gestor destaca que os indicadores definidos para a perspectiva da sociedade não são de governabilidade do Mapa, mas representam o setor do agronegócio, estando a contribuição dos órgãos do Mapa demonstradas nas perspectivas de processos internos e de agronegócios e parceiros.

27. Quanto às principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico, apontou-se no RG a Ação 20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional, com os Planos Orçamentários 0001, 0002 e 0003, dando-se os seguintes destaques:

- a) Ação 20ZT / PO 0001 (Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais) - No que tange à Cooperação Internacional, em 2015, foram desenvolvidas tratativas com mais de trinta países e organizações multilaterais.
- b) Ação 20ZT / PO 0002 (Funcionamento das Adidâncias Agrícolas) - A maior realização de 2015 relacionada aos Adidos Agrícolas foi recompor a equipe no exterior. Desde julho de 2014, o Brasil só mantinha uma Adida Agrícola em Pequim. Os postos foram designados em 24 de março de 2015, e o Ministério passou a contar com um total de oito Adidos exercendo a missão de assessoramento em assuntos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior.
- c) Ação 20ZT / PO 0003 (Promoção da Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no

Mercado Externo) - Em 2015, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio atuou em 28 ações de promoção no exterior, entre o apoio a missões da Ministra e a realização de ações no âmbito da própria Secretaria.

28. Consta, no Relatório de acompanhamento orçamentário da Lei Orçamentária Anual (LOA) no Siop, o registro das metas físicas da ação 20ZT, conforme Tabela 1 do Anexo I (<http://www.siop.planejamento.gov.br>, Consulta: Aba LOA, Acompanhamento orçamentário, Relatórios; Filtros Básicos: Exercício 2015, Período Jan-Dez, Relatório Resumo da Execução das Ações; Filtros Específicos: Órgão 22000, UO 22101, Programa todos, Incluir Planos Orçamentários).

29. É informado no RG que o valor distribuído nos planos orçamentários foi de R\$ 9.716.294,00, sendo a diferença entre o valor da LOA e dos POs referente a emenda parlamentar no valor de R\$ 20.000.000,00, e que o limite de movimentação e empenho fixado foi de R\$ 7.398.508,00 (Portarias 1.152, de 31/7/2015 e 2.102, de 4/12/2015).

30. Verifica-se que no PO 0001 foi executada 85% da meta física com cerca de 60% do orçamento, no PO 0002 a execução física foi de 100% com 64% do orçamento e no PO 0003 realizou-se 140% da meta física com 52% da meta orçamentária. A discrepância entre a execução da meta física e financeira indica falha no planejamento da meta e da necessidade de recursos para o seu alcance. A realização registrada no Siop para o PO 0001 foi de 85 missões apoiadas e a descrição feita no RG foi de cerca de trinta tratativas desenvolvidas (peça 1, p. 24). A unidade de medida do PO – missão apoiada – é ambígua, não expressa claramente o que a administração almeja alcançar como produto.

31. A avaliação do gestor foi de que a finalidade principal desse objetivo estratégico, de fomentar a produção agropecuária, foi atingida, em virtude dos resultados apresentados.

32. Entende-se, todavia, que as informações apresentadas no RG são incipientes para o entendimento de como o gestor realizou objetivamente a avaliação final de alcance do objetivo estratégico proposto, bem como para a verificação efetiva desse alcance. Para a realização dessa avaliação, considera-se importante a análise dos resultados, iniciativas e projetos estratégicos construídos pelo órgão para atingimento do objetivo estratégico (OE) e também a avaliação do montante dos recursos aplicados na execução do OE, evidenciando-se por meio de quais ações ou planos orçamentários ele foi alcançado. Nesse sentido, em relação às informações concernentes às principais ações orçamentárias relacionadas ao OE foi destacada apenas a Ação 20ZT, que trata da Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional, além de os principais indicadores apresentados para a perspectiva não serem de governabilidade do Mapa (conforme item 26).

33. Em resposta ao questionamento sobre a vinculação lógica e sistemática entre as ações orçamentárias em execução e os objetivos estratégicos aprovados, o gestor respondeu que “está sendo finalizada proposta de matriz contendo a vinculação entre os Objetivos Estratégicos e Ações/Planos Orçamentários, tendo como base de consulta a classificação funcional programática do orçamento, que vincula os programas e objetivos do Plano Plurianual (PPA) com as ações/planos orçamentários da Lei Orçamentária Anual. Em seguida, a proposta será encaminhada às Unidades do Mapa para validação e devolução à CGPLAN”. E em relação à avaliação final do planejamento estratégico 2006-2016, que conforme informado no RG (peça 1, 53) estava prevista para abril de 2016, o gestor informou em fevereiro de 2017 que ainda não havia sido finalizada.

### **Objetivo Estratégico: Garantir a segurança alimentar (peça 1, p. 26-31)**

34. Nesse objetivo estratégico propõe-se garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população, e contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.

35. No Relatório de Gestão, destacaram-se dentre as iniciativas voltadas para o alcance desse

objetivo medidas tomadas nas áreas de inspeção de produtos animais e vegetais, seguro safra e garantia do preço mínimo.

36. Quanto às atividades empreendidas no exercício, destacou-se:
- Na área de inspeção de produtos de origem animal, houve intensificação das análises fiscais e implementação das ações constantes do cronograma nacional de análises fiscais estabelecido em norma específica; e a priorização da revisão dos procedimentos oficiais com base no aperfeiçoamento técnico e otimização dos recursos aplicados, baseando-se nos riscos inerentes às características das diferentes espécies animais, dos produtos e dos processos;
  - Na área de inspeção de produtos de origem vegetal, ocorreu o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para atender as demandas da sociedade e de organismos internacionais representantes de países com os quais o Brasil mantém relações comerciais; e como resultado do trabalho, foi alcançado em 2015 o índice de 81,83% de conformidade dos produtos vegetais nos termos da legislação vigente;
  - Lançamento do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro), utilizado para registro *on-line* de estabelecimentos e produtos agropecuários, e para o acompanhamento dos processos administrativos de fiscalização e emissão de registro de estabelecimentos ou produtos;
  - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), houve aperfeiçoamento dos produtos de seguro oferecidos pelas seguradoras. Fixou em 60% o nível mínimo de cobertura sobre a produtividade estimada dos produtos de multirrisco para os grãos.

37. Destacou-se que foi desnecessária a intervenção oficial para a formação de estoques públicos de grãos em 2015, em virtude de os preços estarem acima do custo de produção. Todavia, em relação à mandioca e à borracha, devido à redução dos preços desses produtos, houve necessidade de intervenção do governo, que adquiriu 22 mil toneladas de farinha e fécula de mandioca e 34 mil toneladas de borracha.

38. No que concerne aos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Mapa em 2006, destacaram-se como avanços alcançados no exercício de 2015:

- Na área de inspeção de produtos de origem animal, foram desenvolvidos planos amostrais para representar o universo dos produtos elaborados pelos estabelecimentos registrados no Sistema de Inspeção Federal (SIF), em conjunto com a Comissão Consultiva em Microbiologia. Foi feita a revisão da legislação para redução dos patógenos, em especial no Programa Exploratório para Pesquisa de *Salmonella* spp., em carcaças de suínos, bovinos, frangos. Houve intensificação das ações no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), sendo que na área animal o índice de conformidade aos parâmetros estabelecidos pelos normativos existentes foi superior a 99,7%;
- Na área de inspeção e fiscalização vegetal, foi feita a modernização da legislação, a exemplo da publicação do Decreto 8.198/2014, que regulamentou a produção e circulação de vinhos e derivados da uva e vinho; o fortalecimento da participação brasileira junto a organismos internacionais, como a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV); no âmbito do PNCRC, deu-se ênfase à fruticultura e aos grãos (feijão, soja, milho e trigo);
- Foram desenvolvidas ações para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, com ênfase na busca de soluções operacionais para atender as demandas da sociedade, bem como de organismos internacionais.

39. Os principais indicadores descritos foram “Volume de Produção Agropecuária Per Capita”, “Taxa de produção apoiada pela política de preços mínimos e mecanismos de

comercialização”, “Índice de conformidade de produtos de origem animal” e “Índice de conformidade de produtos de origem vegetal”, os quais tiveram resultados de acordo com o planejado.

40. Em relação às principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico, apontou-se no RG a Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Planos Orçamentários 000G, 000E e 000H, e a Ação 099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei 10.823/2003) - Plano Orçamentário 0001, com os seguintes destaques:

- a) Ação 20ZX / PO 000G (*Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal*)
  - foram publicados vários documentos com objetivo de harmonizar procedimentos e otimizar os processos de trabalho a fim de melhorar a eficácia do Sistema de Inspeção Federal (SIF);
  - foi realizada a reformulação do Plano Operativo Anual (POA) a ser utilizado em 2016, com a inclusão de informações e revisão dos itens para agilizar o preenchimento pelos serviços de inspeção e a compilação das informações pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA);
  - os recursos orçamentários disponibilizados no PI “Inpanimal” foram administrados de forma a garantir as atividades da Inspeção e Fiscalização do Departamento, mantendo-se assim o acompanhamento dos estabelecimentos registrado sob SIF, além de atender as demandas necessárias à manutenção, abertura e reabertura de mercados importadores de produtos de origem animal e o cumprimento de acordos comerciais firmados;
- b) Ação 20ZX / PO 000E (*Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais*) - as atividades programadas foram executadas, apesar de algumas unidades da federação não terem alcançado a meta, os resultados finais obtidos permitiram a execução satisfatória, visto que outros estados superaram as metas inicialmente previstas;
- c) Ação 20ZX / PO 000H (*Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal*) - o resultado alcançado para essa meta foi considerado bom, apesar de ainda estar aquém do esperado, uma vez que a Lista de Verificação (LV) é ainda uma ferramenta de fiscalização nova, necessitando maior apoio à fiscalização na ponta;
- d) Ação 099F / PO 0001 (*Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei 10.823/2003*) – dos R\$ 668 milhões destinados na LOA 2015 para o PSR, aproximadamente R\$ 90,7 milhões foram objeto de contingenciamento, restando R\$ 577,4 milhões que foram efetivamente utilizados com o pagamento da subvenção de apólices de 60.569 produtores rurais, número pouco abaixo da meta estabelecida de 80.000, mas uma quantidade expressiva, inferior apenas ao ano de 2013, desde a criação do Programa.

41. As metas físicas dos POs da ação 20ZX relacionados no item acima e do PO 0001 da ação 099F constante do Relatório de acompanhamento orçamentário da LOA no Siop estão reproduzidas na Tabela 2 do Anexo I (<http://www.siop.planejamento.gov.br>, Consulta: LOA, Acompanhamento orçamentário, Relatórios; Filtros Básicos: Exercício 2015, Período Jan-Dez, Relatório Resumo da Execução das Ações; Filtros Específicos: Órgão 22000, UO 22101, Programa todos, Incluir Planos Orçamentários).

42. Pode-se verificar a disparidade entre a execução das metas físicas e da previsão orçamentária, realizou-se 101%, 85% e 138% do físico com a aplicação de 46%, 39% e 46% dos recursos dos POs 000E, 000G e 000H, respectivamente. Este é um indicativo de falha no planejamento da ação principalmente no que se refere à precificação dos serviços. Constatou-se que esse comportamento se repetiu na maior parte dos outros POs da ação 20ZX, como nos POs 0005, 0006, 0008, 0009, 000B, 000C, 000F, 000I, 000K, conforme Tabela 3 do Anexo I. Note-se o PO 0009, que teve execução de 32% do orçamento e realizou mais de 700% da meta física.

43. A avaliação do gestor foi de que as ações empreendidas para o alcance deste objetivo possibilitaram atender as prioridades da defesa agropecuária, seguro rural e garantia de preço mínimo, e mesmo diante das restrições orçamentárias e necessidade de pessoal para atuação.

44. Entende-se, todavia, em consonância com a análise efetuada nos itens 31 a 33, que as informações apresentadas no RG são incipientes para a efetiva verificação de alcance dos objetivos estratégicos propostos pelo Ministério.

**Objetivo Estratégico: Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética (peça 1, p. 31-35)**

45. Nesse objetivo estratégico propõe-se garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis e assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

46. Como panorama geral do setor, destaca-se no RG que a lavoura de cana-de-açúcar praticamente se manteve estável na safra 2015/16, com uma expansão de 0,1% na área colhida e um aumento de 4% na produtividade em relação à safra anterior.

47. Quanto às atividades empreendidas no exercício, apresentaram-se as seguintes medidas adotadas em 2015 em benefício do setor sucroenergético, as quais visaram estimular o crescimento da produção:

- a) Prorenewa – BNDES: Linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos, foram disponibilizados R\$ 1,5 bilhão para a linha de crédito;
- b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol – para garantir abastecimento no período de entre safra e evitar volatilidade de preços, foram disponibilizados R\$ 2 bilhões.

48. No que se refere aos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Mapa em 2006, destacaram-se como avanços alcançados no exercício de 2015:

- a) Crescimento na oferta interna de energia derivada da agroenergia, principalmente oriundo de produtos da cana-de-açúcar, apesar de ter ocorrido uma diminuição da participação da agroenergia na matriz energética nacional no período avaliado.
- b) Ampliação na produção de biocombustíveis líquidos (etanol e biodiesel) a partir da biomassa agrícola, em 2015, de 13% em relação a 2014.

49. O indicador destacado foi “Produção de biocombustíveis líquidos a partir da biomassa agrícola, em toneladas equivalentes de petróleo – tep”, que alcançou um resultado de 19.770.310 tep, representando um aumento de 13% em relação ao ano anterior. Esse indicador substituiu, em junho de 2013, o anterior, denominado “Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional”, que era medido em termos percentuais, relativamente às demais fontes de energia existentes no Brasil, o que não mostrava a ampliação da oferta de produtos agroenergéticos, mas apenas sua participação relativa, diretamente influenciada pelo desempenho de outras fontes. E, considerando as diversas outras políticas de incentivo para as demais fontes energéticas, o indicador demonstrava um decréscimo ao passo que a oferta interna de agroenergia crescia, conforme se pode verificar nos quadros constantes do Relatório de Gestão (peça 1, p. 32).

50. No item relativo às principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico, apontou-se no RG que, em virtude da extinção da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério (Decreto 8.492/2015), não houve execução das atividades da Ação 20ZS - *Desenvolvimento da Agroenergia*, relacionada à capacitação de agentes, ao desenvolvimento de estudos, a difusão de tecnologias e à cooperação internacional (Planos Orçamentários 0001, 0002, 0003 e 0004, *Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Prod. Agroen. para o Desenvolvimento*

*Sustentável, Estudo das Potencialidades das Matérias Primas Agroenergéticas, Difusão de Tecnologias p/ o Desenvolvimento da Produção Agroenergética e Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia, respectivamente).*

51. Foram realizadas a descentralização de recursos para a Embrapa, no valor de R\$ 47.409,26, referente à pesquisa de Macaúba, cuja polpa é utilizada para produção de biodiesel, e a editoração e divulgação do Anuário Estatístico da Agroenergia 2014, base 2015.

52. Verifica-se, todavia, que consta registro da meta física no Siop com o alcance de 100% de eficácia da ação 20ZS, e com valor executado de R\$ 93.545,00, diferente do valor descentralizado para a Embrapa, conforme informado no RG (Tabela 4 do Anexo I).

53. O gestor avaliou positivamente a execução das políticas relacionadas ao fornecimento regular de matérias-primas para produção de biocombustíveis, em virtude dos resultados alcançados no setor energético, tal como o aumento da produção de combustíveis oriundos da produção de biomassa.

54. Como informado pelo gestor, não houve em 2015 execução orçamentária da ação relacionada a esse objetivo estratégico, tendo ocorrido a descentralização de recursos para a Embrapa. Dessa forma, a ampliação da Produção de biocombustíveis não pode ser relacionada à atuação do órgão no exercício corrente.

#### **Objetivo Estratégico: Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos (peça 1, p. 35-39)**

55. Nesse objetivo estratégico propõe-se aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento para disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo quanto para a produção de bens processados.

56. Destacou-se no RG a publicação do Decreto 8.375/2014, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas, e a Portaria 1.191/2014, que cria a Comissão Setorial de Florestas Plantadas, cujo objetivo é acompanhar as atividades e os projetos relacionados ao setor. Foi pontuado ainda o início da elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, com o objetivo de permitir ao setor criar políticas para possibilitar o alcance de suas potencialidades, com a intenção de se ampliar a demanda interna por produtos das florestas plantadas. O setor foi amparado pelas políticas de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, subvenção econômica e financiamentos de investimento, custeio e comercialização.

57. No que se refere aos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Mapa em 2006, destacaram-se como avanços alcançados, no exercício de 2015, o incremento superior a 500% tanto em relação ao número de apólices contratadas quanto ao valor de subvenção utilizado para a modalidade florestas, entre 2006 a 2015, no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e o aumento na produção de borracha, madeira e algodão, apesar do decréscimo na produção de couro e fibras, considerando-se, todavia, que 2006 foi um ano atípico na produção de couros.

58. O indicador apresentado foi o “Índice composto da produção de produtos não alimentares e não energéticos”, que é calculado a cada ano com base no incremento do valor da produção anual de todos os produtos (borracha, madeira, couro, algodão, fibras) em relação à média de 2000 a 2003, e com atraso de um ano, pois os dados são disponibilizados pelo IBGE no final do ano posterior ao período estudado. O valor do indicador para o ano de 2014 atualizado é de 309%, maior que a meta inicial de 281%. Em dezembro de 2009, previa-se atingir 294% no ano de 2015, e atualmente estima-se alcançar o valor de 309%, mantendo-se no mesmo patamar de 2014.

59. Quanto aos resultados obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico, foi informada a ação 099F – PO 0001, que trata do PSR, sendo que as informações apresentadas (peça 1, p. 38) foram idênticas às constantes do item correlato do objetivo estratégico Garantir a segurança alimentar (peça 1, p. 30).

60. O PSR perpassa e apoia diversos setores nos quais o Ministério atua, todavia é necessário que sejam apresentadas as informações com o enfoque diretamente relacionado ao objetivo analisado, para a adequada identificação da atuação do órgão em benefício desse objetivo.

61. A avaliação do gestor foi de que, caso se confirme a estimativa para 2015, a manutenção do indicador no mesmo patamar de 2014 pode ser considerada um resultado satisfatório, diante da atual conjuntura econômica. Destacou que há grande potencial de expansão do setor de florestas plantadas no Brasil, sendo esperada a recuperação do setor de siderurgia com a nova realidade cambial, o que representará importante demanda de madeira de florestas plantadas.

#### IV. Informações sobre a gestão

##### *Perspectiva do Agronegócio e Parceiros (peça 1, p. 39-41)*

62. A Perspectiva do Agronegócio e Parceiros agrega o conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pelo Mapa para ter o reconhecimento dos parceiros (dos Três Poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto os agentes como os representantes) no que se refere a informações estratégicas, implementação de políticas, prestação de serviços, fortalecimento e harmonização do setor.

63. O Mapa apontou os seguintes destaques dentre as atividades desenvolvidas nessa perspectiva:

- a) Criação de quatro novas Câmaras Setoriais e Temáticas;
- b) Realização de 144 reuniões ao longo de 2015 com a presença de 615 entidades representativas do setor privado e 118 órgãos públicos;
- c) Publicações referenciais de informações estratégicas para subsidiar o setor do agronegócio feitas pela Secretaria de Política Agrícola (SPA), destacando:
  - c.1) Projeções do Agronegócio 2014/2015 a 2024/2025 (Projeções de Longo Prazo);
  - c.2) Divulgação da estimativa mensal do Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBP;
  - c.3) Estimativa da Produtividade da Agricultura (Produtividade Total dos Fatores - PTF);
  - c.4) Anuário Estatístico da Agroenergia;
  - c.5) Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola;
  - c.6) Plano Agrícola e Pecuário;
  - c.7) Revista de Política Agrícola; e
  - c.8) Políticas Públicas para a Agropecuária.

64. Informam que não foram mensurados os indicadores “Índice de percepção sobre informações estratégicas”, “Índice de percepção da capacidade de fortalecimento e harmonização” e “Índice de percepção do agronegócio com relação à atuação do MAPA”, em virtude de não ter havido destinação orçamentária suficiente.

65. Quanto ao último indicador, foi feita pesquisa sobre a satisfação do público externo (setores correspondentes às câmaras setoriais e temáticas) no relacionamento com o Mapa, havendo-

se levantado como pontos positivos: diálogo com o setor por meio das câmaras; expertise do corpo técnico; fiscalização agropecuária; acessibilidade e cordialidade no atendimento; defesa do agronegócio; apoio e organização das cadeias produtivas; e o acesso ao crédito agropecuário. E como pontos negativos a burocracia; falta de comunicação interna e externa; falta de autonomia; falta de fiscalização; e a alocação de pessoal inadequada.

### ***Perspectiva de Processos Internos (peça 1, p. 41-49)***

66. Na Perspectiva de Processos Internos congregam-se objetivos estratégicos com foco nos desafios relativos aos processos da organização que deverão ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento. Por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria-Executiva, informa-se que foi implantada a nova Estrutura Regimental do Mapa, a qual possibilitou maior organização e modernização da gestão institucional, requerendo mudanças de culturas organizacional e comportamental, no intuito de dar maior celeridade na execução das atividades setoriais e no apoio à supervisão ministerial, em busca da excelência administrativa.

67. O Mapa destacou como principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014:

- a) Disponibilização dos seguintes estudos estratégicos no site no Mapa: Estimativa do VBP Mensal; Projeções do Agronegócio Brasil – 2014/2015 a 2024/2025; Projections of Agribusiness Brazil – 2014/2015 a 2024/2025; Anuário Estatístico da agroenergia 2014; Sumário Executivo do trigo, algodão, arroz, carnes, feijão, laranja, leite, milho e soja; Sumário Executivo do mercado agrícola;
- b) Aumento expressivo dos acessos aos documentos de projeções do agronegócio no ano de 2015, no site do Mapa (156.670 acessos - mais que o dobro do ano anterior);
- c) Desenvolvimento na área de Defesa Agropecuária de atividades que permitiram a manutenção da produção agrícola para uso doméstico e a exportação, sendo realizadas por meio de diferentes mecanismos de proteção fitossanitária;
- d) Estabelecimento e a manutenção de áreas livres de pragas no país e proteção do país da entrada de novas pragas;
- e) Melhoria constante das ações em prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais, que tem garantido o abastecimento interno da população com produtos inócuos e de qualidade e tem possibilitado a conquista e manutenção de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros;
- f) Instituição de forças-tarefa para reforço da capacidade operacional das unidades do sistema Vigiaagro com vista a atender a demanda de fiscalização em portos e fronteiras decorrente do escoamento da safra 2014/2015;
- g) Introdução da nova versão do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG 3.0 - Canal Azul, com certificação digital, automação e criação do processo eletrônico (e-processo), em caráter piloto;
- h) Adesão do Mapa às diretrizes de modernização do comércio exterior brasileiro, com a aprovação do uso da anexação digital de documentos do Portal Único de Comércio Exterior, nos termos da Instrução Normativa MAPA nº 39, de 27 de outubro de 2015;
- i) Renovação do parque instrumental e adequação das instalações dos Lanagro;
- j) Priorização de negociações para a abertura de mercados, manutenção e ampliação de mercados com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias de produtos tradicionais;
- k) Inserção do País nas negociações de outras disciplinas internacionais não tarifárias, além das sanitárias e fitossanitárias, de modo a preservar os interesses do agronegócio nacional na

conquista de novos mercados, e para a manutenção dos atuais fluxos comerciais e restabelecimento dos que foram interrompidos;

- l) Realização de atividades estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas com o desenvolvimento de ações de organização da base produtiva (cooperativas e associações), incentivo à adoção de sistemas sustentáveis produtivos (agricultura de baixo carbono, produção orgânica e agroecológica), agregação de valor, indicação geográfica, assim como a adoção de boas práticas agropecuárias, agricultura orgânica, agroecologia e agricultura de precisão;
- m) Implementação de ações para um melhor desempenho da gestão, tais como:
  - m.1) desmembramento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração em dois departamentos para dar maior celeridade aos assuntos de gestão administrativa e gestão estratégica;
  - m.2) implantação de uma unidade dedicada ao controle e gerenciamento de riscos operacionais;
  - m.3) implantação da unidade de Assessoria de Capacitação e Formação;
  - m.4) desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrada (SGI), dedicado ao planejamento, programação e execução orçamentária;
  - m.5) implantação do Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária;
  - m.6) valorização e motivação dos servidores; e
  - m.7) definição, implantação, gestão e avaliação de processos de desenvolvimento de softwares.

### ***Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento (peça 1, p. 49-53)***

68. A Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento congrega os objetivos estratégicos com foco no desenvolvimento das pessoas, na estruturação da instituição, assim como nas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais.

69. Dentre as atividades empreendidas no exercício de 2015, informa-se quanto à comunicação com o público interno que foram disponibilizadas diariamente “Comunicações Internas” via e-mail corporativo. E, em relação à produção de informações para uso externo ao Ministério, houve a continuidade das ações referentes ao Serviço de Informação do Cidadão e da implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, a implementação do novo portal do Mapa, e a atuação do Mapa com acompanhamento diário nas mídias sociais.

70. Em relação ao desenvolvimento de pessoas, foi feito Termo de Execução Descentralizada com a Escola de Administração Fazendária e a Universidade Federal de Santa Catarina, para a promoção de cursos em áreas de interesse da instituição, e com a Universidade Federal do Pará, com vistas a atender as recomendações contidas no Acórdão 1.563/2015-TCU-Plenário. Além disso, foram feitos Editais para Seleção de Instrutoria Interna para os cursos de “Certificação Fitossanitária” e “Direito Administrativo Aplicado à Fiscalização”; a Institucionalização do Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) e implantação de sua Plataforma online, com conteúdo e divulgações próprias e realização de parcerias com as demais Escolas de Governo; a Implantação do Sistema informatizado do Plano Anual de Educação Continuada (PAEC); e a Promoção de ambiente de estímulo e suporte ao indivíduo e à instituição.

71. Quanto aos indicadores relativos a essa perspectiva, para o indicador “Índice de capacitação em Competências”, o resultado alcançado foi de 4,55 horas, aquém da meta de ofertar 40

horas de capacitação a cada um dos 10.842 servidores do Mapa, apesar das ações implementadas para incrementar a capacitação ao longo do ano, como a instituição do Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária. Apontou-se no RG que esse resultado se deveu à insuficiência de recursos tecnológicos, humanos e financeiros existentes na área de capacitação. Quanto ao indicador “Grau de satisfação do servidor do Mapa”, o resultado demonstrou que os participantes estão satisfeitos com as atividades oferecidas de um modo geral – 81%. O indicador “Índice de satisfação com a comunicação interna do Mapa” não foi mensurado devido à indisponibilidade de recursos, e o indicador “Percentual de servidores com a avaliação de desempenho mensurada”, devido à falta de publicação da Meta Global para o 6º Ciclo de Avaliação de Desempenho. A ausência de mensuração do “Índice de satisfação dos servidores com a comunicação interna”, nos anos de 2014 e 2015, não permitiu a avaliação da eficácia do trabalho da área de comunicação interna do Mapa.

72. Quanto ao indicador “Índice de execução anual das metas do PPA”, informou-se que o resultado foi de 66,6%, além da meta estimada para o ano de 27,5%, avaliou-se que cumulativamente para período do PPA 2012-2015, o indicador apresentou resultado superior a 160% em comparação com as expectativas para o período do Plano. Em relação ao indicador “Índice de atendimento dos sistemas de informação”, aponta-se que as informações foram coletadas por meio de questionário com quesitos de mensuração de caráter subjetivo e de difícil pontuação, mas que o resultado apurado foi próximo à meta estabelecida.

73. Em auditoria operacional realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal cujo relatório foi julgado pelo Acórdão 1.563/2015-TCU-Plenário, constatou-se que a alta administração do Mapa não instituiu comitê ou órgão colegiado equivalente para auxiliar no cumprimento da sua responsabilidade de avaliar, direcionar e monitorar a gestão de pessoas (achado 1). Foi instituído apenas o Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC), que possui atribuições deliberativas relacionadas exclusivamente à capacitação dos servidores da organização, não lhe competindo tratar sobre outros assuntos de recursos humanos.

74. O risco decorrente dessa situação é a deficiência de governança sobre as outras funções de recursos humanos (além da de capacitação), aumentando o risco de as ações executadas no âmbito dessas funções não estarem alinhadas com as necessidades das partes interessadas (sociedade, gestores, servidores, órgãos governantes superiores, entre outros).

75. Apesar de o CGEC atuar com foco nas decisões relativas a capacitação, elevando o debate sobre esse tema ao nível estratégico da organização, com participação de diversas unidades organizacionais, o Ministério não logrou alcançar a meta de capacitação de seus servidores conforme demonstrado pelo indicador “Índice de capacitação em Competências”.

76. Outro achado relacionado à liderança da alta administração foi a ausência de ações corretivas para os projetos estratégicos (estabelecidos para os objetivos estratégicos de recursos humanos) com indicador de resultado abaixo da meta estipulada para o período de apuração (achado 2). Apesar de o cumprimento de diretrizes constantes do plano estratégico do órgão ser monitorado pela alta administração, não há ações corretivas quando são identificados desvios.

77. Conforme transcrição do relatório de auditoria no Acórdão 1.563/2015-TCU-Plenário, verifica-se que persiste a falta de implantação da avaliação de desempenho e de ampliação da média anual de horas de capacitação de servidores:

54. Por exemplo, o relatório de apuração das metas de 2012 relata problemas na execução dos projetos estratégicos. Em 2012, não foi apurado o índice de satisfação dos servidores do MAPA por falta de recursos financeiros e tecnológicos para realização de pesquisa junto aos servidores (peça 10, p. 37). A meta de ampliação da média anual de horas de capacitação dos servidores também não foi atingida por restrições orçamentárias, restrições de pessoal na CGDP, não conclusão do mapeamento de processo de capacitação, descontinuidade da gestão, entre outros (peça 10, p. 35). Já a meta de implantação da avaliação de desempenho também não foi atingida por falta de capacitação dos gestores do MAPA e dos servidores envolvidos no projeto e por falta

de aprovação dos sistemas informatizados (peça 10, p. 42).

55. Ao analisar o RGE 2013, percebe-se que os mesmos problemas enfrentados em 2012 se repetiram em 2013. O grau de satisfação do servidor do MAPA não foi mensurado por falta de recursos financeiros. A avaliação de desempenho não foi implantada por causa da interrupção do processo de apuração, homologação e publicação dos resultados. O índice de capacitação em competências continuou abaixo da meta prevista devido ao contingenciamento orçamentário e infraestrutura insuficiente do órgão. A gestão por competência também não foi implantada, pois depende do patrocínio da alta direção, da gestão compartilhada com as áreas envolvidas e adesão dos servidores (peça 10, p. 14-19).

78. Dentre as possíveis causas levantadas para essa situação estão a descontinuidade da gestão decorrente de elevada rotatividade na alta administração, atrasando a análise dos problemas identificados no monitoramento e a definição de ações corretivas, e o não reconhecimento da importância da área de gestão de pessoas para a consecução da estratégia organizacional pela alta administração.

79. O achado 5 - não está sendo feita a avaliação de desempenho - foi descontinuado em virtude das ações implementadas, verificadas após a oportunidade dada aos gestores para comentar o relatório preliminar da auditoria operacional. Constataram das ações apresentadas no Ofício 71/2014/AECI-GM (peça 24, p. 9-11 e peça 25 do TC 010.509/2014-3), a instituição de força tarefa para finalizar as providências necessárias à realização dos ciclos de avaliação de desempenho em andamento; a publicação da portaria que estabelece meta global institucional para 2014; e a abertura dos ciclos de avaliação para o corrente ano, apresentando, inclusive, cronograma de execução dos ciclos de avaliação vigentes. Todavia, verifica-se que o problema persiste no exercício de 2015 conforme informação apresentada no Relatório de Gestão (peça 1, p. 51).

80. No que concerne ao alinhamento estratégico, a auditoria operacional constatou que, de forma geral, a área de gestão de pessoas não possui um planejamento operacional alinhado ao planejamento estratégico da organização, com a definição de indicadores de desempenho, metas e mecanismos de acompanhamento (achado 3). Tendo em vista que os indicadores e projetos estratégicos para a área de pessoal restringem-se a: graus de satisfação do servidor do Mapa, implantação da avaliação de desempenho, gestão por competência implantada e implantação do plano anual de educação continuada. Tais indicadores e projetos não são suficientes para monitorar parte significativa da área de gestão de pessoas, como recrutamento e seleção, planejamento da força de trabalho, desenvolvimento gerencial, entre outras funções estratégicas a cargo dessa área.

## V. Estágio de implementação do planejamento estratégico

81. O Ministério informa que seu planejamento estratégico se encontra em um estágio de maturidade avaliado como intermediário/avançado e inicial em gestão de projetos. Em 2006, iniciou a implantação da gestão estratégica por meio de ações de comunicação estruturadas e visuais. Esse trabalho passou por resistências e desgastes ao longo do tempo, mas houve continuidade do monitoramento das informações estratégicas do órgão e do cálculo dos índices dos indicadores de objetivos estratégicos, mantendo-se uma série histórica de índices de dez anos (2006-2015) com mais de cinquenta indicadores.

82. O método do *Balanced Scorecard* (BSC) foi utilizado inicialmente (2005/2006) para elaboração do planejamento estratégico do Ministério, e em 2007 foi adaptado para um Sistema de Gestão de Resultados Estratégicos com maior viés tático/operacional, composto por 39 resultados estratégicos e 86 tarefas ou iniciativas com horizonte temporal de realização até 2010. Em 2011, foi realizada uma segunda revisão, com a criação de um Grupo de Trabalho responsável pela coordenação da revisão do Plano Estratégico Corporativo e da elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, sendo que em 2012/2013 retornou aos referenciais iniciais do *Balanced Scorecard* (BSC), tendo

sido mantidos os indicadores e projetos originais considerados estratégicos para o órgão.

83. Em relação ao alinhamento do plano 2006-2015 ao PPA e à LOA, informa-se que ele foi sendo alinhado paulatinamente aos ciclos 2012-2015 e 2016-2019, inclusive com a construção de projetos estratégicos com prazo de realização até 2015 correlacionados aos objetivos estratégicos e vinculados a suas fontes de recursos.

84. Destacou-se, em relação ao envolvimento da alta administração, que a falta de realização de Reuniões de Análise Estratégica (RAEs) após o ano de 2012 foi seguida de uma maior descrença nas ferramentas do planejamento estratégico por parte da organização, as correções de rumo e novos alinhamentos internos ficaram prejudicados, tornando cada ciclo de acompanhamento mais difícil para a área de planejamento fornecer com agilidade os dados solicitados.

85. A Controladoria Geral da União constatou, por meio de auditorias realizadas, que existem fragilidades relacionadas a ausência de avaliação acerca do atendimento dos objetivos estratégicos, assim como a falta de utilização de indicadores e demais elementos para aferir o cumprimento das metas. Evidenciou-se nas auditorias que a falta do acompanhamento das ações orçamentárias resultou em descolamento entre as atividades operacionais e o enfoque estratégico. Destaca que o ciclo do Planejamento Estratégico 2006-2015 do Ministério se encerrou e o Mapa ainda não concluiu um diagnóstico desse plano, de modo a verificar o nível de correlação entre os programas/ações orçamentárias e os objetivos estratégicos traçados para o período. Além disso, o ministério está revisando o instrumento de planejamento para o próximo plano, considerando as atuais conjunturas econômica e social do país, e redefinindo objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos para o novo período.

86. A respeito dos níveis táticos e operacionais, a CGU observou que os Planos Operativos Anuais (POA) elaborados na perspectiva dos Planos Orçamentários inclusos no Projeto de Lei Orçamentária Anual-PLOA 2016 não estão correlacionados aos objetivos estratégicos do Mapa Estratégico 2016-2019, porque foram finalizados antes da definição do Plano para esse período. Todavia, o Ministério informa que a correlação está em fase de construção. Havendo-se verificado que tanto o Planejamento Estratégico anterior (2006–2015) como o atual (2016–2019) possuem fragilidades, com necessidade de melhorias a fim de se obter maior interação dos objetivos estratégicos com os níveis táticos e operacionais, e de aprimoramento da utilização de indicadores para aferir o atingimento das metas.

87. Na auditoria operacional realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal que resultou no Acórdão 1.563/2015-TCU-Plenário, verificou-se que a área de gestão de pessoas não possui um planejamento operacional alinhado ao planejamento estratégico da organização, com a definição de indicadores de desempenho, metas e mecanismos de acompanhamento, identificando-se a necessidade de que o desdobramento do plano estratégico contemple também um plano operacional de gestão de pessoas, de modo a dar maior direcionamento para essa área. Ressaltou-se que o plano operacional de gestão de pessoas deveria abranger todas as funções estratégicas de gestão de pessoas, como recrutamento e seleção, desenvolvimento, avaliação de desempenho, retenção, planejamento da força de trabalho, gestão do clima, e não apenas a função de capacitação, com o estabelecimento de indicadores e metas.

88. O Mapa avaliou que, a partir de 2012, o cenário político influenciou decisivamente para a descontinuidade das ações de fortalecimento do processo de planejamento estratégico implementado com sucesso até aquele ano. Apontou-se que a retomada do processo só foi possível em 2015 a partir da implementação do Decreto de Estrutura Regimental, que redefiniu as competências das áreas finalísticas e meio do Mapa e alterou a competência da área de planejamento da nova estrutura do Ministério. Também teve início no exercício o trabalho de revisão do Planejamento Estratégico do órgão, para o período 2016-2019 (peça 1, p. 46).

89. Os servidores do Mapa avaliaram, por meio da pesquisa interna realizada no segundo

semestre de 2015, a descontinuidade das ações de comunicação da gestão da estratégia como o ponto crítico para o objetivo de “Fortalecimento do Processo de Gestão Estratégica no MAPA”. Destacou-se ainda a percepção da gerência intermediária de que o planejamento estratégico no Mapa teve uma fase de continuidade em que sua construção e internalização na cultura do órgão foram trabalhadas com ações de comunicação direcionadas ao corpo gerencial, mas que, ao longo do tempo, as expectativas de atingimento dos resultados nas diferentes perspectivas delineadas no planejamento estratégico sofreram com a ausência de ações de reforço. Também foi apontada como importante para o fortalecimento da gestão estratégica a sinergia entre o planejamento estratégico e a liberação dos recursos orçamentários com vistas a tempestividade da execução das ações planejadas. O fluxo de disponibilização seria o diferencial, independentemente da escassez ou não de recursos.

90. Já havia sido apontado em levantamento realizado na área de agricultura, pecuária e abastecimento (TC 025.221/2009-5 - Acórdão 1.681/2011-TCU-Plenário) como risco para a implantação do Plano de Gestão Estratégica (PGE) do Mapa, o baixo grau de aceitabilidade dos indicadores de desempenho adotados pelo Ministério para aferição de seus resultados, o que comprometia a aferição da evolução quantitativa de seus processos e produtos, e o baixo envolvimento das hierarquias mais altas do Ministério em sua implantação. Destacou-se, em conclusão, que operacionalmente, a grande dificuldade era a criação de indicadores de desempenho e de processo objetivos que auxiliassem na aferição de resultados, a elaboração de diagnósticos, a medição da evolução e a vinculação aos cenários a serem transformados pelas políticas do Ministério.

## VI. Governança

91. Quanto à gestão de riscos e controles internos, o gestor avalia que os controles internos adotados têm contribuído para a consecução dos objetivos estratégicos da unidade, apesar de persistirem as necessidades de melhoria nos processos de comunicação e na geração de instrumentos e mecanismos de participação em grupo de forma padronizada e sistêmica.

92. Destacou-se que a ferramenta de *Business Intelligence*, adquirida em 2015, para integrar as bases de dados dos sistemas internos do Ministério e dos sistemas estruturantes do Governo Federal, tem permitido o desenvolvimento de ações de monitoramento e controle em vários processos de gestão do Ministério, tanto nas áreas meio quanto nas finalísticas, e tem possibilitado resultados expressivos principalmente no acompanhamento dos projetos estratégicos e redução de custos operacionais.

93. Foi ressaltada ainda a constituição do Grupo Executivo de Controle de Risco Operacional (Gecro) para identificar os processos de trabalho e rotinas que apresentem maior sensibilidade à incidência de desconformidade no cumprimento dos atos normativos e legais vigentes, articulando e propondo normas, fluxos, instrumentos e procedimentos que minimizem os riscos da gestão operacional, no âmbito das unidades gestoras do Ministério.

## VII. Relacionamento com a sociedade

94. O relacionamento da unidade com a sociedade ocorre por meio dos canais de acesso e a carta de serviços disponibilizados pelo Ministério aos cidadãos. Os canais de acesso do cidadão ao Ministério são disponibilizados por meio da Ouvidoria, com o 0800, e-mail, web, carta, presencialmente e por telefone, e por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, com o 0800, e-mail, formulário web, sistemas diversos, além de ambiente para registro presencial, telefone, carta e fax.

95. Quanto à carta de serviços, o Mapa elaborou 21 cartilhas, por meio das quais o órgão ratifica o compromisso de aperfeiçoar a gestão de seus serviços e garantir um atendimento de qualidade e mais acessível ao cidadão, tendo por objetivo “informar o cidadão dos serviços prestados

pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público”.

96. A pesquisa de opinião acerca do atendimento da ouvidoria em 2015 resultou em 261 avaliações de um total de 2357 demandas atendidas, sendo que 105 avaliaram o atendimento prestado como bom, 100 excelente, 35 regular e 21 ruim. No que concerne à qualidade das respostas recebidas, 84 consideraram como boa, 63 excelente, 60 regular e 54 ruim. E em relação ao tempo de atendimento das demandas, 74 avaliaram como bom, 47 excelentes, 87 regular e 53 ruins.

97. Das demandas direcionadas ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), no total de 29.341 demandas, 73,64% foram finalizadas no primeiro contato do cidadão com o Ministério por meio do serviço de tele atendimento. E o tempo médio de atendimento às demandas é de 10 dias, e proporciona o índice de satisfação de 96,28%.

98. Em consulta aos links dos mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade, disponibilizados no subitem 5.3 do RG (peça 1, p. 62), verificou-se que a maioria deles não está funcionando (consulta realizada em 6/2/2017). Apenas os relativos à legislação agrícola e ouvidoria do Ministério (<http://www.agricultura.gov.br/legislacao> e <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria>) direcionaram aos respectivos sítios.

### VIII. Desempenho financeiro e informações contábeis

99. O Mapa tem participação intensiva nos programas temáticos 2014, 2028 e 2042.

100. O Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização é o programa temático de maior materialidade executado pela UO 22101 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta), com o total de R\$ 1.754.670.239 autorizado na LOA.

101. A tabela a seguir apresenta as ações que compõe o programa e detalha os valores de dotação atual, empenhado, liquidado (excluída a inscrição de RAP NP), pago e o percentual de execução - liquidado sem RAP NP/LOA (consulta Siop – Execução Orçamentária).

#### PROGRAMA 2014 UO 22101

Ação (desc.)	Dotação Atual	Empenhado	Empenhado Liquidado (excluído Inscr. RAP NP)	Pago	Execução % (liquidado sem RAP NP/LOA)
7W20 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura dos Pequenos Produtores na Faixa de Fronteira	40.000.000	0	0	0	0%
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	29.716.294	5.827.665	5.724.863	5.700.769	19%
20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia	1.160.045	104.756	93.545	83.925	8%
213S - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural	27.046.585	26.311.555	11.769.556	11.769.556	44%
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	7.112.703	969.908	601.787	596.414	8%
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	637.080.000	577.401.363	577.401.363	169.694.704	91%
147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	1.092.610	0	0	0	0%
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	38.050.500	33.212.540	30.735.650	29.339.804	81%



0064 - Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	250.000	0	0	0	0%
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	1.104.440.264	313.016.188	22.335.449	11.505.901	2%
8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	5.741.818	5.391.643	1.239.769	1.223.186	22%
8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	3.513.275	3.261.957	1.089.137	952.102	31%
<b>Totais / Média %</b>	<b>1.895.204.094</b>	<b>965.497.575</b>	<b>650.991.119</b>	<b>230.866.362</b>	<b>25%</b>

102. Verifica-se que as ações 7W20 (Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura dos Pequenos Produtores na Faixa de Fronteira), 147S (Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico) e 0064 (Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas - Lei nº 7.291, de 1984) não foram executadas no exercício. A execução das demais ações variou de 2% a 91%, com média de 25%.

103. Chama atenção o baixo percentual de execução das ações 20ZT (Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional), 20ZS (Desenvolvimento da Agroenergia), 20ZU (Redução de Riscos na Atividade Agropecuária) e 20ZV (Fomento ao Setor Agropecuário) que alcançaram os índices de 19%, 8%, 8% e 2%, respectivamente.

104. Ressalta-se o significativo montante de inscrição de Restos a Pagar não processados (RAP NP) na ação 20ZV, da ordem de 290 milhões, uma vez que o valor liquidado incluindo os RAP NP foi de R\$ 313.016.188. Verifica-se ainda que o valor de liquidado – R\$ 13.024.490 – constante da tabela do Siop na qual foram consultadas as metas físicas (consulta Siop: LOA – Acompanhamento Orçamentário – Relatórios) é bastante distinta do valor constante da tabela de execução orçamentária também do Siop – R\$ 22.335.449.

105. A meta física da ação 20ZT constante do Siop, demonstrada no item 28, evidencia uma inconsistência, uma vez que o total de metas físicas previstas para os três POs foi de 128 e o alcançado foi de 121, assim o percentual de eficácia seria de 95% ao invés de 40%. Conforme mencionado anteriormente no item 52, a meta física registrada para a ação 20ZS foi de 100% ao passo que não houve qualquer execução da maioria dos POs que compõem a ação.

106. Em relação à ação 20ZV verifica-se o mesmo tipo de inconsistência relativa ao cálculo das metas físicas, uma vez que a meta física está relacionada a cada PO, inclusive com unidades de medida distintas (projeto apoiado, produtor capacitado, estudo realizado, evento realizada, agente beneficiado, convênio fiscalizado), e o cálculo de eficácia é feito para a ação como um todo no localizador 0001 nacional, dessa forma são somados os resultados físicos com unidades de medida completamente distintas.

107. Os Programas 2028 - Defesa Agropecuária e 2042 - Inovações para a Agropecuária são os outros dois programas temáticos nos quais o Ministério tem participação.

108. A tabela a seguir enumera as ações que compõem o programa e detalha os valores de dotação atual, empenhado, liquidado (excluída a inscrição de RAP NP), pago e o percentual de execução - liquidado sem RAP NP/LOA (consulta Siop – Execução Orçamentária).

#### PROGRAMAS 2028 e 2042 UO 22101

Ação (desc.) / Programa (desc.)	Dotação Atual	Empenhado	Empenhado Liquidado (excluído Inscr. RAP NP)	Pago	execução % (liquidado sem RAP NP/LOA)
---------------------------------	---------------	-----------	--	------	---------------------------------------



20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias (Programa 2028 - Defesa Agropecuária)	102.936.915	43.205.347	27.508.678	26.903.674	27%
20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária (Programa 2028 - Defesa Agropecuária)	328.663.212	150.918.738	103.674.049	91.858.394	32%
20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau (Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária)	24.504.815	16.471.398	14.066.773	13.623.899	57%
<b>Totais / Média %</b>	<b>456.104.942</b>	<b>210.595.483</b>	<b>145.249.500</b>	<b>132.385.967</b>	<b>39%</b>

109. Verifica-se que o percentual de execução das ações do Programa 2028 ficou em 27% e 32% e do Programa 2042 foi de 57%. Quanto ao cálculo de eficácia relativo ao atingimento das metas físicas ocorre a mesma inconsistência relatada no item 106.

110. O Programa 2105 refere-se ao programa de gestão e manutenção do Ministério, e os Programas 0089 e 0909 se referem à Previdência de Inativos e Pensionistas da União e a Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, respectivamente. Esses programas apresentaram os seguintes valores de autorizado (LOA), empenhado, liquidado, pago e o percentual de execução (liquidado/LOA).

#### PROGRAMA 2105 UO 22101

Ação (desc.)	Dotação Atual	Empenhado	Empenhado Liquidado (excluído Inscr. RAP NP)	Pago	Execução % (liquidado sem RAP NP/LOA)
00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	3.251.203	2.915.661	2.915.661	2.910.504	90%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	263.100.000	260.003.577	260.003.577	260.003.577	99%
2000 - Administração da Unidade	225.496.855	158.291.008	113.210.826	107.566.288	50%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	24.315.928	23.330.078	22.917.435	22.917.435	94%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	943.000	921.787	921.787	921.787	98%
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	5.895.000	5.783.938	5.783.938	5.783.938	98%
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	48.125.000	47.490.172	47.490.172	47.490.172	99%
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.456.673.306	1.449.569.532	1.449.569.532	1.447.452.854	100%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	16.665.751	16.648.523	13.429.096	13.335.167	81%
<b>Totais / Média %</b>	<b>2.044.466.043</b>	<b>1.964.954.277</b>	<b>1.916.242.025</b>	<b>1.908.381.722</b>	<b>90%</b>

#### PROGRAMA 0089 e 0909 UO 22101



Ação (desc.) / Programa (desc.)	Dotação Atual	Empenhado	Empenhado Liquidado (excluído Inscr. RAP NP)	Pago	execução % (liquidad o sem RAP NP/LOA)
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União)	1.654.541.689	1.651.173.434	1.651.173.434	1.641.004.132	100%
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) (Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais)	1.849.676	0	0	0	0%
0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais (Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais)	38.776	38.196	38.196	38.196	99%
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira (Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais)	7.507.116	0	0	0	0%
<b>Totais / Média %</b>	<b>1.663.937.257</b>	<b>1.651.211.630,1</b>	<b>1.651.211.630,1</b>	<b>1.641.042.328,4</b>	<b>50%</b>

111. Na tabela abaixo são apresentados os valores de inscrição de Restos a Pagar (RAP) processados e não processados (RAP NP) e o percentual de inscrição dos RAP NP em relação ao total liquidado das ações dos programas temáticos e de gestão e manutenção do Mapa (consulta Siop – Execução Orçamentária).

#### RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

Programa	Ação (desc.)	Liquidado	Empenhado Liquidado (excluído Inscr. RAP NP)	Pago	Inscrição de RAP processados	Liquidado por Inscrição RAP NP	Liquidado por inscrição RAP NP / Liquidado (%)
<b>Programa 0089</b>	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.651.173.434	1.651.173.434	1.641.004.132	10.169.302	0	0,
<b>Programa 0909</b>	00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	0	0	0	0	0	-



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Secretaria-Geral de Controle Externo**  
**Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente**

	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	38.196	38.196	38.196	0	0	0,
	0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	0	0	0	0	0	-
<b>Programa 2014</b>	7W20 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura dos Pequenos Produtores na Faixa de Fronteira	0	0	0	0	0	-
	20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	5.827.665	5.724.863	5.700.769	24.094	102.803	2%
	20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia	104.756	93.545	83.925	9.620	11.211	11%
	213S - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural	26.311.555	11.769.556	11.769.556	0	14.541.998	55%
	20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	969.908	601.787	596.414	5.373	368.121	38%
	099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	577.401.363	577.401.363	169.694.704	407.706.659	0	0%
	147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	0	0	0	0	0	-
	2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	33.212.540	30.735.650	29.339.804	1.395.846	2.476.890	7%
	0064 - Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	0	0	0	0	0	-
	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	313.016.188	22.335.449	11.505.901	10.829.548	290.680.739	<b>93%</b>



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Secretaria-Geral de Controle Externo**  
**Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente**

	8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró- Orgânico	5.391.643	1.239.769	1.223.186	16.582	4.151.874	77%
	8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	3.261.957	1.089.137	952.102	137.035	2.172.820	67%
<b>Programa 2028</b>	20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias	43.205.347	27.508.678	26.903.674	605.004	15.696.669	36%
	20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária	150.918.738	103.674.049	91.858.394	11.815.655	47.244.689	31%
<b>Programa 2042</b>	20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau	16.471.398	14.066.773	13.623.899	442.874	2.404.625	15%
<b>Programa 2105</b>	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	2.915.661	2.915.661	2.910.504	5.157	0	0%
	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	260.003.577	260.003.577	260.003.577	0	0	0%
	2000 - Administração da Unidade	158.291.008	113.210.826	107.566.288	5.644.538	45.080.181	28%
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	23.330.078	22.917.435	22.917.435	0	412.643	2%
	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	921.787	921.787	921.787	0	0	0%
	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis,	5.783.938	5.783.938	5.783.938	0	0	0%



Empregados e Militares							
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	47.490.172	47.490.172	47.490.172	0	0	0%	
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.449.569.532	1.449.569.532	1.447.452.854	2.116.678	0	0%	
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	16.648.523	13.429.096	13.335.167	93.930	3.219.427	19%	

112. É de se destacar o alto percentual de liquidação por meio da inscrição em Restos a Pagar não processados em relação ao total liquidado das ações 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, 8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico e 8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, nos percentuais de 93%, 77% e 67%, respectivamente.

113. Excluindo-se a liquidação forçada por meio da inscrição de Restos a Pagar não processados, pode-se verificar que o percentual real de execução de algumas ações é significativamente menor, conforme pode-se verificar na tabela abaixo relativa às ações do programa 2014. Destacam-se o percentual de liquidação por inscrição de RAP NP em relação ao total liquidado da ação 8606 que passa de uma execução “real” de 22% para uma execução “forçada” de 94%, da ação 213S que passa de 44% para 97%, da ação 20ZV que passa de 2% para 28% e da ação 8593 que passa de 31% para 93%.

<b>Programa 2014 Ação (desc.)</b>	<b>Execução “real” (%) (Liquidado excluído RAP NP / Dotação atual)</b>	<b>Execução “forçada” (%) (Liquidado total / Dotação atual)</b>
7W20 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura dos Pequenos Produtores na Faixa de Fronteira	0%	0%
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	19%	20%
20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia	8%	9%
213S - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural	<b>44%</b>	<b>97%</b>
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	8%	14%
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	91%	91%
147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	0%	0%
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	81%	87%
0064 - Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	0%	0%
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	<b>2%</b>	<b>28%</b>
8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	<b>22%</b>	<b>94%</b>
8593 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	<b>31%</b>	<b>93%</b>

114. Com exceção da relevante variação do total de RAP NP de 2013 para 2014, pode-se perceber que nos últimos anos os totais de inscrição de Restos a Pagar, tanto processados quanto não processados, não tiveram variações muito significativas. Todavia, ao considerarmos os programas separadamente, verifica-se uma grande variação, como por exemplo no programa 2014, que teve os RAPs processados duplicados 2013 para 2014.

Programa (desc.)	RAP processados			RAP NP		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.549.500	952	10.169.302	0	0	0
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0			0		0
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	208.049.949	424.292.729	420.124.758	960.209.095	382.716.852	314.506.456
2028 - Defesa Agropecuária	88.725.889	9.396.869	12.420.659	82.977.181	70.947.232	62.941.358
2042 - Inovações para a Agropecuária	312.476	833.848	442.874	1.585.773	3.354.502	2.404.625
2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	52.385.956	29.301.313	7.860.303	32.976.464	41.250.538	48.712.251
	351.023.770	463.825.711	451.017.895	1.077.748.513	498.269.124	428.564.691

## IX. Gestão ambiental e sustentabilidade

115. Em relação ao nível de desenvolvimento das ações de uso racional dos recursos naturais e de gerenciamento das ações de sustentabilidade da unidade, é possível destacar que a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, e observa os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 nas contratações realizadas.

116. Todavia, ainda não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS), estabelecido no art. 16 do Decreto 7.746/2012, mas informa que foi elaborada minuta e estão atuando para a implementação definitiva, a constituição da comissão gestora e consequente acompanhamento e execução das ações propostas.

## X. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

117. Quanto às constatações apontadas pelo Controle Interno nos itens 1.1.4.1 (peça 5, p. 55-61), 1.1.4.2 (peça 5, p. 62-76) e 1.1.5.6 (peça 5, p. 83-89), que tratam dos assuntos relatados a seguir, consideram-se suficientes as recomendações já formuladas pela CGU, sem prejuízo do acompanhamento nas próximas contas Mapa.

**CONSTATAÇÃO 1.1.4.1** - Realização de obras na sede da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO sem que houvesse amparo contratual, tanto em relação ao objeto quanto ao local de sua execução.

118. A Controladoria considerou que os serviços realizados na Enagro não tinham característica de manutenção nem de caráter de serviço continuado, em virtude dos quantitativos de materiais adquiridos. Além disso, o serviço foi realizado em data anterior ao aditivo que incluiu a Enagro como local de prestação dos serviços no Contrato 5/2012, que tinha por objeto a execução dos serviços técnicos de Manutenção predial, preventiva e corretiva para os sistemas elétricos, e etc. A unidade apresentou manifestação afirmando que os serviços contratados eram intervenções de cunho corretivo e de adaptação. Entretanto, a CGU considerou que a nota fiscal emitida e o orçamento apresentado continham itens de reformas estruturais, tais como vergalhões de ferro e blocos de tijolos de concreto. Dessa forma, recomendou ao Mapa a realização de processo licitatório específico para execução de serviços/obras que não estejam previstos em contratos vigentes, abstendo-se de utilizar o contrato de manutenção predial para realizar obras e modificações estruturais em edificações do Mapa.

**CONSTATAÇÃO 1.1.4.2** - Ausência de projetos elaborados pela área competente do MAPA para subsidiar a execução de serviços de engenharia e realização de pagamentos sem comprovação da prestação dos serviços pela empresa contratada.

119. Foi apontado pela Controladoria quanto à revitalização das instalações da Escola Nacional de Gestão Agropecuária – Enagro que não foi localizada parte dos itens adquiridos para a revitalização daquela escola, apesar de ter sido atestado o recebimento completo dos serviços na Nota Fiscal 1.430. Constatou-se, em inspeção realizada para verificação dos materiais utilizados nas melhorias realizadas, que não foram encontradas alterações prediais que justificassem a aquisição de alguns itens, além da aquisição de uma quantidade grande de tinta, incompatível com a área disponível para pintura na Enagro, considerando que não foi pintada a totalidade das paredes da Escola. Informa-se que foram solicitados os comprovantes de compra dos materiais à empresa, porém, os comprovantes não foram disponibilizados à equipe de auditoria, pois, segundo a empresa, o processo de aquisição e fornecimento, bem como as negociações realizadas junto aos fornecedores, eram de caráter estratégico e singulares à gestão do negócio da empresa. Além disso, não foram localizados projetos que, de acordo com o item 4 da Cláusula 2.10 do Contrato 5/2012, deveriam ser elaborados pela área responsável do Mapa, antes de quaisquer modernizações. Assim, não foi evidenciado suporte documental técnico que demonstrasse o planejamento e fiscalização da execução e fornecesse segurança quanto à integral utilização dos materiais.

120. A unidade se manifestou apresentando medições realizada posteriormente à fiscalização e verificou a existência de serviços que não haviam sido apresentados anteriormente, mas que foram realizados pela empresa contratada. Em relação a outros itens constatados, a unidade não encontrou a totalidade dos itens contratados e, por isso, firmou que realizará a glosa nos valores referentes aos itens não encontrados. A CGU fez as seguintes recomendações ao Mapa: apurar a responsabilidade pelo pagamento por itens não realizados, conforme detalhado nos quadros apresentados, efetuando a glosa dos valores a serem repassados à empresa; e instruir adequadamente os processos de pagamento que envolvam a prestação de serviços com fornecimento de materiais incluindo projetos realizados pelo próprio Ministério que demonstrem a necessidade dos quantitativos estimados (...) e documentos fornecidos pela empresa com o detalhamento do quantitativo adquirido e o valor pago, tendo em vista que os materiais devem ser reembolsados à contratada.

**CONSTATAÇÃO 1.1.5.6** - Atraso na utilização de solução em tecnologia da informação (MAPA-VITRO) para apoio ao planejamento de demandas, planejamento da contratação, gestão de contratos e controle de faturamento e dependência de um único fornecedor para atualização da solução.

121. A solução para apoio ao planejamento de demandas, planejamento da contratação, gestão

de contratos e controle de faturamento (Mapa-Vitro) para o Mapa, 27 SFAs, Inmet e Ceplac, incluindo garantia e atualização de versão por doze meses, implantação, customização, operação assistida e treinamento no uso da solução foi adquirida conforme Contrato 22101/12/2014, celebrado entre o Ministério e a Empresa Memora Processos Inovadores Ltda., no valor total de R\$ 10.023.998,00, com prazo de vigência de 14/8/2014 a 14/8/2015, e prorrogado pelo Termo Aditivo 01/2015 até 14/8/2016, com acréscimo no valor total estimado de R\$ 2.131.378,00.

122. De acordo com o cronograma físico financeiro, o fornecimento, instalação, configuração da solução e treinamento para os gestores de contratos estavam previstos para ocorrer até dezembro de 2014. No entanto, constatou-se que a solução contratada vem sendo parcialmente utilizada pelo Mapa, uma vez que as 27 Superintendências Federais de Agricultura, o Inmet e a Ceplac sequer possuem usuários cadastrados, além de o Ministério não estar aproveitando dos recursos dos Módulos de Planejamento de Demandas e de Planejamento da Contratação. A Controladoria ressalta tempo decorrido do recebimento da solução (Termo de Aceite em 24/11/2014), até o último posicionamento do Ministério quanto à implementação da solução, em 6/7/2016, superando um ano e sete meses, período extenso para implementação e utilização do sistema em todas unidades do Mapa, levando-se em conta o alto investimento realizado na aquisição e a necessidade da solução, defendida no início do processo.

123. A Controladoria recomendou ao Mapa a elaboração de cronograma que inclua todas as etapas (tais como a publicação de normativos e decisões institucionais, treinamentos, mudança de processos, cadastramento de contratos, integração com outros sistemas, etc.) necessárias para que o Sistema Mapa-Vitro seja integralmente utilizado por todas unidades contempladas no objeto do Contrato, e ainda a elaboração de estudo para avaliar o custo-benefício e o período projetado para se manter a Garantia com Atualização de Versão do Sistema Mapa-Vitro, tendo em vista o ônus dispensado anualmente, o qual na vigência 2015/2016 alcançou a cifra de R\$ 1.617.439,00.

## **CONCLUSÃO**

124. Conforme análise constante dos itens 9 a 14, na composição do rol de responsáveis foi mantido o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, cargo que foi substituído pelos diretores dos departamentos de gestão interna (DGI) e de gestão estratégica (DGE), em razão do desmembramento da SPOA nesses dois departamentos. Dessa forma, foi incluído o DGI, pois só estava arrolado o DGE. Além disso, foram excluídos do rol de responsáveis o corregedor e o Diretor de Programa da Secretaria-Executiva, tendo em vista que não têm atribuições no processo gerencial ou de formulação de objetivos estratégicos da unidade prestadora de contas.

125. Considerando a análise e a opinião da Controladoria Geral da União, propõe-se julgar regulares as contas dos Srs. Alexandre Gedanken, CPF 428.213.204-34; Andre Meloni Nassar, CPF 162.862.858-81; Arno Jerke Junior, CPF 765.670.441-87; Caio Tibério Dornelles da Rocha, CPF 228.546.570-04; Cleide Edvirges Santos Laia, CPF 462.438.446-68; Decio Coutinho, CPF 601.331.557-49; Jose Gerardo Fontelles, CPF 002.361.283-53; Luciano Marcos de Carvalho, CPF 154.261.496-15; Luis Eduardo Pacifici Rangel, CPF 783.696.061-72; Marcelo Junqueira Ferraz, CPF 231.581.906-72; Márcio Luiz da Silva Cunha, CPF 251.817.856-20; Odilson Luiz Ribeiro e Silva, CPF 258.260.776-20; Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, CPF 343.945.911-04; Tatiana Lipovetskaia Palermo, CPF 227.553.608-60; Tania Mara Garib, CPF 108.829.951-20; Wilson Vaz De Araujo, CPF 323.686.409-59, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 do Regimento Interno do TCU.

126. Considerando a análise e a opinião da Controladoria Geral da União, propõe-se julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Maria Emilia Mendonca Pedrosa, CPF 341.358.801-00 e do Sr. Luizevane Soares da Silva, CPF 704.505.601-04, dando-lhes quitação, nos termos dos artigos 16,



inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 208 do Regimento Interno do TCU, em face das impropriedades/faltas verificadas em suas gestões, conforme tabela abaixo. Os fatores motivadores das ressalvas dos responsáveis estão descritos nos itens 118 a 123 da instrução e estão expressos em matriz específica (peça 8, p. 1-2), conforme orientação contida no § 5º do art. 8º da Resolução - TCU 234/2010, alterada pela Resolução - TCU 244/2010.

<b>Responsável</b>	<b>Constatações</b>
Maria Emilia Mendonca Pedrosa, CPF 341.358.801-00, Secretária Executiva no período de 16/1/2015 a 31/12/2015	Ressalvas constantes do Certificado de Auditoria 201601516 da CGU (peça 6), referentes aos seguintes itens do Relatório de Auditoria de gestão 201601516: 1.1.4.1 - peça 5, p. 55-61 (item 118 da instrução); 1.1.4.2 - peça 5, p. 61-76 (itens 119 e 120 da instrução); e 1.1.5.6 - peça 5, p. 83-89 (itens 121 a 123 da instrução)
Luizevane Soares da Silva, CPF 704.505.601-04, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração no período de 21/1/2015 a 29/7/2015 e Diretor de Gestão Interna no período de 30/7/2015 a 31/12/2015	Ressalva constante do Certificado de Auditoria 201601516 da CGU (peça 6), referente ao item 1.1.5.6 do Relatório de Auditoria 201601516 - peça 5, p. 83-89 (itens 121 a 123 da instrução).

## **PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

127. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:
- com fundamento no art. 10, inciso III, da IN-TCU 63/2010, excluir os nomes do Sr. George Nogueira Cardoso, CPF 717.784.111-34, e do Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho, CPF 003.263.131-68, do rol de responsáveis (item 13 desta instrução);
  - com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas dos Srs. Alexandre Gedanken, CPF 428.213.204-34; Andre Meloni Nassar, CPF 162.862.858-81; Arno Jerke Junior, CPF 765.670.441-87; Caio Tibério Dornelles da Rocha, CPF 228.546.570-04; Cleide Edvirges Santos Laia, CPF 462.438.446-68; Decio Coutinho, CPF 601.331.557-49; Jose Gerardo Fontelles, CPF 002.361.283-53; Luciano Marcos de Carvalho, CPF 154.261.496-15; Luis Eduardo Pacifici Rangel, CPF 783.696.061-72; Marcelo Junqueira Ferraz, CPF 231.581.906-72; Márcio Luiz da Silva Cunha, CPF 251.817.856-20; Odilson Luiz Ribeiro e Silva, CPF 258.260.776-20; Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, CPF 343.945.911-04; Tatiana Lipovetskaia Palermo, CPF 227.553.608-60; Tania Mara Garib, CPF 108.829.951-20; Wilson Vaz De Araujo, CPF 323.686.409-59, dando-lhes quitação plena;
  - com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva, em face das falhas apontadas no item 126 da instrução, as contas dos responsáveis Sra. Maria Emilia Mendonca Pedrosa,



CPF 341.358.801-00 e do Sr. Luizevane Soares da Silva, CPF 704.505.601-04, dando-lhes quitação;

- d. dar ciência do acórdão que vier a ser proferido, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SE/Mapa);
- e. arquivar o presente processo.

Secretaria de Controle Externo da Agricultura  
e do Meio Ambiente, 2ª Diretoria Técnica, em  
31 de julho de 2017.

*(Assinado eletronicamente)*

Isabella Rezende Lopez de Barcelos  
AUFC - Mat. 9459-5



## ANEXO I

Tabela 1

Ação Produto - Unidade Localizador - Data da Apuração PO - Produto - Unidade	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)*	(e/d)*
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional								
Evento/missão realizado(a) - unidade	29.716.294	29.716.294	5.724.863	19,27	-	-	207,29	39,93
0001 - Nacional - 31/12/2015	29.716.294	29.716.294	5.724.863	19,27	303	121	207,29	39,93
0001 Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais - Missão apoiada unidade	1.964.838	1.964.838	1.173.841	59,74	100	85	-	-
0002 Funcionamento das Adidâncias Agrícolas - Posto de representação mantido unidade	4.061.948	4.061.948	2.616.068	64,40	8	8	-	-
0003 Promoção da Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Mercado Externo - Evento realizado unidade	3.689.508	3.689.508	1.934.954	52,44	20	28	-	-

Tabela 2

Ação Produto - Unidade Localizador - Data da Apuração PO - Produto - Unidade	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)*	(e/d)*
20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias								
000E Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - Fiscalização realizada unidade	14.330.088	14.330.088	6.586.262	45,96	3.600	3.619	-	-
000G Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - Estabelecimento inspecionado unidade	16.850.000	16.850.000	6.560.725	38,94	3.770	3.212	-	-
000H Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Estabelecimento inspecionado unidade	3.000.000	3.000.000	1.394.533	46,48	2.000	2.752	-	-
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)								
Produtor beneficiado - unidade	668.080.000	637.080.000	577.401.363	90,63	-	-	-	79,33
0001 - Nacional - 31/12/2015	668.080.000	637.080.000	577.401.363	90,63	76.352	60.569	87,53	79,33
0001 Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) - Produtor beneficiado unidade	668.080.000	637.080.000	577.401.363	90,63	80.000	60.569	-	-



Tabela 3

20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias								
Fiscalização realizada - unidade	104.301.822	102.936.915	27.508.678	26,72	-	-	-	77,74
0001 - Nacional - 27/01/2016	103.101.822	101.736.915	27.508.678	27,04	3.304.177	2.598.801	290,88	78,65
0001 Fiscalização de Serviços Agrícolas - Fiscalização realizada unidade	182.456	182.456	113.295	62,09	380	190	-	-
0005 Fiscalização de Serviços Pecuários - Fiscalização realizada unidade	171.400	171.400	44.687	26,07	14	14	-	-
0006 Fiscalização de Material Genético Animal - Fiscalização realizada unidade	600.000	600.000	112.831	18,81	642	621	-	-
0008 Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - Fiscalização realizada unidade	3.200.000	3.200.000	993.676	31,05	3.000	2.932	-	-
0009 Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - Fiscalização realizada unidade	3.100.000	3.100.000	992.061	32,00	2.000	15.732	-	-
000A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - Fiscalização realizada unidade	4.500.000	4.500.000	1.384.585	30,77	9.000	5.118	-	-
000B Fiscalização de Sementes e Mudanças -	10.500.000	10.500.000	2.378.642	22,65	18.000	16.755	-	-
000C Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - Fiscalização realizada unidade	3.468.974	3.468.974	571.949	16,49	1.200	1.506	-	-
000D Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - Fiscalização realizada unidade	2.700.000	2.700.000	540.266	20,01	1.500	868	-	-
000E Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - Fiscalização realizada unidade	14.330.088	14.330.088	6.586.262	45,96	3.600	3.619	-	-
000F Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - Fiscalização realizada unidade	1.500.000	1.500.000	272.106	18,14	200	190	-	-
000G Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - Estabelecimento inspecionado unidade	16.850.000	16.850.000	6.560.725	38,94	3.770	3.212	-	-
000H Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Estabelecimento inspecionado unidade	3.000.000	3.000.000	1.394.533	46,48	2.000	2.752	-	-
000I Proteção e Fiscalização de Cultivares - Cultivar protegida unidade	1.000.000	1.000.000	261.662	26,17	240	266	-	-
000J Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - Fiscalização realizada unidade	5.000.000	5.000.000	1.307.319	26,15	150.000	45.000	-	-
000K Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos - Fiscalização realizada unidade	14.000.000	12.635.093	3.994.077	31,61	2.500.000	2.500.000	-	-
0001 - Nacional	0	0	0	-	0	0	-	-
0015 - No Estado do Pará - 27/01/2016	1.200.000	1.200.000	0	-	38.709	0	-	0



Tabela 4

Ação Produto - Unidade Localizador - Data da Apuração PO - Produto - Unidade	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)*	(e/d)*
20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia								
Cadeia produtiva desenvolvida - unidade	1.160.045	1.160.045	93.545	8,06	-	-	1.240,09	100,00
0001 - Nacional - 27/01/2016	1.160.045	1.160.045	93.545	8,06	1	1	1.240,09	100,00
0001 Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas para o Desenvolvimento Sustentável	120.000	120.000	0	-	120	0	-	-
0002 Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas	70.000	70.000	0	-	2	0	-	-
0003 Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética	100.000	100.000	0	-	2	0	-	-
0004 Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia	100.000	100.000	0	-	2	0	-	-
0005 Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau - Área atendida hectare	770.045	770.045	93.545	12,15	13.000	4.407	-	-